MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Comissão Especializada Permanente
Saúde, Habitação e Ação Social
5ª Comissão

Âmbito de Ação: Questões sociais, saúde, serviços públicos, habitação social, coesão social, igualdade de género.

Composição Política:

Presidente: Ana Luisa Rodrigues (CDU)

Secretária: Margarida Ramires Paulo (PAN)

Deputados Municipais:

Ana Paula Silva (PS)

Henrique Margarido de Almeida (PS)

José Courinha Leitão(PS)

Maria de Assis de Almeida - Presidente da União de Freguesias Almada, Cacilhas, Pragal (PS)

Maria Rita Pereira de Magalhães (CDU)

João Eduardo Geraldes (CDU)

José António Rocha (BE)

António Pedro Maco (CDS/PP)

Sónia Faria (PPD/PSD)

Nuno Mendes (Chega)

José Ricardo – Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica (independente)

Trabalho desenvolvido no 1º semestre de 2025

No âmbito do trabalho desenvolvido pela 5ª Comissão Permanente, foram realizadas seis reuniões, três de trabalho interno de organização e planeamento, duas com a presença de outras entidades, (administração da ULS Almada/Seixal e Vereadora Teodolinda Silveira) e uma visita ao bairro social do Chegadinho.

Este bairro construído nos anos 70, tem dois blocos residenciais, um com 159, outro com 200 fogos, estes de construção posterior. O bairro encontra-se atualmente mais integrado na malha urbana rodeado de habitações privadas, contudo o acesso aos transportes públicos fica distante.

Existe uma fração que sofreu um incêndio há vários anos, mas que continua por reabilitar. Os moradores queixaram-se de haver prédios com os elevadores avariados, inclusive de nunca terem funcionado.

A zona exterior do bairro foi cuidada e arranjada recentemente.

Cumprindo com o plano de trabalho acordado com a administração da ULS Almada/Seixal de reuniões trimestrais, deslocaram-se os deputados municipais às instalações do HGO, tendo decorrido a reunião com a nova administração nomeada, sendo realçada a necessidade de conhecer os novos interlocutores.

Dado que a nova administração havia tomado posse há pouco tempo, optou-se por ser feito primeiro um ponto de situação pelo Dr. Pedro Azevedo, que começa por relembrar que as transferências de competência para os municípios exigem reuniões regulares entre ambas as partes, com destaque para a requalificação de espaços. Naquele momento a urgência seria o telhado da USF Rainha D. Leonor, devido ao temporal ocorrido.

Quanto aos cuidados primários, embora o número de utentes sem cobertura esteja a diminuir, existem cerca de 14.000 utentes sem médico de família.

Embora reconheça as melhorias no serviço de urgência promovidas pela administração anterior, admite que a capacidade de resposta está ainda muito aquém do desejado, atribui boa parte das dificuldades à necessidade de restruturação do espaço físico.

Relativamente aos serviços de ginecologia/obstetrícia a grande carência prende-se com a necessidade de mais recursos humanos, não sendo no entanto, apenas nestas especialidades a falta de pessoal.

Enfatiza também a necessidade de respostas comunitárias e sociais, já que se encontravam naquela data cinquenta e cinco doentes internados devido a extrema carência social, refere que há conversações com a câmara e outras organizações sociais para pensar e organizar resposta para estas situações.

Relativamente à população idosa afirma que as políticas não mudaram, as instituições não conseguem dar respostas adequadas devido à escassez de apoios e por isso têm que ser repensadas, considerando que a câmara não pode esperar pelas respostas do governo, tem que tomar iniciativa e criar soluções para esta área.

Colocada a questão relativamente à possibilidade da anunciada parceria público privada, foi respondido que o poder central é que decide, à administração compete-lhes apenas cumprir.

Realizou-se em 16 de Abril reunião com a Sra. Vereadora Teodolinda Silveira estando também presente o diretor municipal, Dr. Mário D'Ávila. Esta reunião tinha como ordem de trabalhos a avaliação do primeiro ano da transferência de competências da acção social para o município.

A Sra. vereadora informou que ocorreu a renovação de protocolos por mais um ano, com as entidades que assumiram a acção social, um procedimento comum de ajustes que foram devidamente aprovados no valor de 1.750.000 euros.

Relativamente ao atendimento das famílias no período anterior a 2024, o número variou entre 5.000 e 6.000, acrescentando que o rácio actual é excessivamente elevado para o número de técnicos, referindo a necessidade de mais recursos humanos. Na altura, cada técnico era responsável por um universo de acompanhamento superior a 250 famílias.

Foi ainda informado que estão a fazer melhorias significativas na plataforma HabitAlmada, com a implementação de um sistema que visa a uniformização de todos os processos.

É ainda destacada a importância do fundo permanente destinado a dar resposta às situações de urgência, refere que em 2024 foram sinalizadas 251 pessoas em situação de sem abrigo.

Em resposta à questão colocada relativamente ao aumento de respostas na área da saúde mental, foi referido que existe uma articulação com o serviço de psiquiatria do HGO e que no âmbito do PPR foi criada uma equipa comunitária de saúde mental.

Foi neste semestre rececionada a resposta da DGAVE, relativamente à criação de um cemitério de animais de companhia, no âmbito da moção apresentada pelo CDS/PP que baixou à 5ª Comissão, pelo que a referida moção voltou para votação voltou a sessão da assembleia municipal para votação.

Atividades Pendente:

Reunião com o Ministério Público – 15-06-2023

Pedido do relatório de avaliação do primeiro ano da transferência de competências da acção social – 02-05-2024 (mais duas insistências em 26/09/24 e 16/01/2025)

Pedido de Plano de Mobilidade do concelho, dirigido ao executivo – 02-05-2024

Pedido de reunião com a Comissão de moradores do Penajoia- 04-02-2025

Pedido de reunião com a ADP – Associação Portuguesa de Deficientes e com a ACA-M, Associação de cidadãos auto-mobilizados

Pedido de reunião ao IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

A Presidente da 5ª Comissão

Ana Luisa Rodrigues

Almada, 11 de Setembro 2025